



OBSERVATÓRIO **BR-319**

<<< INFORMATIVO Nº 29 | MARÇO 2022 >>>

www.observatoriobr319.org.br



1. Barra de Navegação

Botão do Sumário do Documento.

Como navegar?

Bem-vindos e bem-vindas ao PDF interativo do Informativo do Observatório BR-319. Para uma melhor interação, recomendamos que você baixe o arquivo em PDF e use o leitor Acrobat ou visualize através dos navegadores (browser) Firefox, Google Chrome ou Internet Explore. Siga nossas instruções e boa leitura!

2. Links/Hyperlinks

www.observatoriobr319.com.br

Textos sublinhados são hyperlinks que te levarão para um link externo.

4. Visualização em Smartphones



Para uma leitura mais confortável, o recomendado é **ativar a função de rotacionar a tela** do seu aparelho para o modo paisagem.

3. Ícones Interativos



Botão que indica links externos.



Botão que indica mais conteúdo.



Botão para vídeos externos.



Botão para áudios externos.



Botão que indica informações e agendamentos.



Botão que indica visualização de galerias de fotos no documento



Botão que amplia as fotos ou documentos

Indica a numeração e a navegação pelas página

≡ Nesta Edição

4 Editorial

5 Destaque do Mês

- Rio Manicoré é a primeira comunidade tradicional do Amazonas fora de UC reconhecida como Território de Uso Comum

10 Interior em Foco

- Farmácia Verde mantém viva a medicina ancestral da Amazônia em Manicoré

12 Monitoramentos

- Focos de Calor
- Desmatamento
- Covid-19

20 Diálogos da BR-319

- Portais da Amazônia, de Manaquiri e Humaitá, já possuem um termo de referência e cooperação para construção

22 Ciência

- Nova espécie de palmeira é identificada na BR-319

24 Minuto BR



Editorial

O Observatório BR-319 se propõe a desenvolver, reunir e disseminar informações e pesquisas feitas na área de influência da BR-319 para qualificar o debate, reconhecendo a importância do protagonismo das comunidades tradicionais, povos indígenas, produtores familiares e instituições na construção e fortalecimento da governança na região.

O rio Manicoré foi protagonista de um momento histórico do Amazonas neste mês de março: é a primeira comunidade tradicional fora de Unidade de Conservação a ser reconhecida como Território de Uso Comum.

O reconhecimento veio por meio da Concessão de direito real de uso, a CDRU. A cerimônia de entrega do documento foi emocionante e contou com a presença de lideranças e aliados dos comunitários. Agora luta continua! Temos que continuar lutando pela criação da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Rio Manicoré. Leia mais sobre o assunto no Destaque do Mês.

Ainda a respeito de Manicoré, o Interior em Foco traz uma matéria sobre a Farmácia Verde, uma iniciativa que proporciona acesso à saúde à população em situação de vulnerabilidade social no município. Mas, além disso, mantém vivo o costume do uso da medicinal tradicional para curar todo tipo de doença. A iniciativa é linda e merece todo reconhecimento.

Na seção Ciência, falamos sobre a identificação de uma nova espécie de palmeira na área de influência da BR-319, a buritirana-de-leque (*Mauritiella disticha*), que infelizmente já chega ao conhecimento da Ciência ameaçada de extinção.

O OBSERVATÓRIO BR-319 MONITORA MENSALMENTE FOCOS DE CALOR, DESMATAMENTO E COVID-19

No monitoramento de desmatamento, você vai ler que o mês de fevereiro manteve a tendência de aumento apresentada em janeiro. No Amazonas e municípios da BR-319, tivemos o fevereiro de maior desmatamento desde 2010. Chamo atenção para a situação do município de Tapauá e para Floresta Estadual (FES) Tapauá.

Por fim, não deixe de conferir as novidades sobre a construção dos Portais da Amazônia na seção Diálogos da BR-319 e as últimas informações no Minuto BR!

Boa leitura!

Fernanda Meirelles

Secretária Executiva do Observatório BR-319



Destaque do Mês

Rio Manicoré é a primeira comunidade tradicional do Amazonas fora de UC reconhecida como Território de Uso Comum

Reconhecimento veio por meio da CDRU dada pelo governo do Estado, mas luta pela criação de uma RDS continua e é urgente.

Os moradores do rio Manicoré receberam um reforço na luta pela criação de uma Unidade de Conservação (UC). No dia 17 de março, o governo do Amazonas deu a Concessão de Direito Real de Uso (CDRU) do território à Central das Associações Agroextrativistas do Rio Manicoré (Caarim). A iniciativa é importante e fortalece os esforços pela manutenção do modo de vida das comunidades e no combate a atividades ilegais, mas não esgota os esforços para a criação de uma Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS), pela qual as lideranças lutam há mais de dez anos.

O processo para criação da RDS ainda precisa ser reaberto pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Amazonas (Sema-AM). Após a reunião realizada em dezembro de 2021, o Observatório



Maria Cleia Delgado, presidente da Caarim, assinou a CDRU do rio Manicoré.

Foto: Izabel Santos / OBR-319

BR-319 (OBR-319) solicitou atualizações sobre a reabertura dele por **meio de ofício**, mas, até o momento, não obteve retorno.

A assinatura da CDRU aconteceu na Reunião Anual da Força-Tarefa de Governadores para Clima e Floresta, o **GCF Task Force**, no Centro de Convenções do Amazonas Vasco Vasques, em Ma-

naus (AM). O documento do rio Manicoré foi entregue à presidente da Caarim, Maria Cleia Delgado Campina, que participou da cerimônia com outras lideranças e moradores do rio Manicoré. “Essa CDRU é muito importante para o rio Manicoré, principalmente para aquele povo que esperava por ela há mais de 15 anos”, disse Maria Cleia ao OBR-319. “Mas esse é o primeiro ponto da nossa caminhada. Com esse documento, vamos poder acessar linhas de crédito e outras coisas que são importantes, como aposentadoria, Pronaf A (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) e Pronaf B, além de executar diversos projetos de sustentabilidade no rio Manicoré”, acrescentou.



Foto: Izabel Santos / OBR-319

A área contemplada pela CDRU é a mesma região demarcada para criação da RDS Rio Manicoré, que deve ocupar 392.239 hectares em terras não destinadas das glebas estaduais Bom Futuro e Marmelos Atininga, além da gleba federal Juqui, na porção centro-oeste do município de Manicoré. No local, vivem, aproximadamente, quatro mil pessoas em 15 comunidades, que são: Vera Cruz, Boa Fé, Três Estrelas, Bom Fim, Paraíso, São Pedro dos Cardosos, Terra Preta, Mocambo, Barro Alto, Parintintin, Lago dos Remédios – Várzea, Lago dos Remédios – Terra Firme, Esperança, Lago do Maranhoto e Estirão.

A conquista da CDRU pelo rio Manicoré é um marco da regularização fundiária no Amazonas e fruto de uma longa articulação de organizações da sociedade civil com o poder público. “Agradeço a todos os nossos parceiros, a Reta, IEB, FGV, Idesam, CNS e todos que estão junto conosco. Muito obrigada pelo empenho e união nessa parceria. Pra mim, é uma emoção muito grande. É uma grande benção e uma grande vitória, pois ninguém desistiu de lutar pelo rio Manicoré”, comemorou Marilurdes Cunha da Silva, vice-presidente da Caarim.

INOVAÇÃO

O consultor do Instituto Internacional de Educação do Brasil (IEB), Josinaldo Aleixo, acompanha a luta dos moradores do rio Manicoré e avalia como “revolucionária” a Concessão de Direito Real de Uso (CDRU) do território. “O rio Manicoré é o primeiro



Foto: Izabel Santos / OBR-319

Lideranças do rio Manicoré reunidas na entrega da CDRU.

do Amazonas a ser reconhecido como Território de Uso Comum (TUC) de populações tradicionais fora de Área Protegida. Isso é uma inovação na aplicação da legislação fundiária, que agora reconhece direitos territoriais destas pessoas, até então invisibilizadas”, explicou Aleixo. Essa inovação só foi possível devido à união de organizações da sociedade civil, órgãos públicos e lideranças comunitárias que, há mais de uma década, criaram o Fórum Diálogo Amazonas (FDA), um espaço de discussão de soluções para questões fundiárias históricas de populações tradicionais do Amazonas. Foi através dele que surgiu a possibilidade de aplicação do conceito de TUC para a regularização fundiária de territórios de populações que vivem fora de Unidades de Conservação (UCs).

A regularização de terras fora de UCs com CDRUs coletivas é

uma inovação na aplicação da legislação fundiária também por outro motivo: a forma habitual de regularizar estas áreas, comumente, é feita por meio de concessões de uso individuais, em lotes de terras que não correspondem ao tamanho da área de uso das famílias. O problema é que esse tipo de regularização deixa de fora áreas de uso comum, como açcaizais, castanhais e rios de pesca, que são fundamentais para a manutenção do modo de vida das comunidades tradicionais.

“A CDRU é um instrumento que está posto no Snuc como instrumento de regularização fundiária de UCs e fora do Snuc, ela é usada para a regularização de assentamentos. No caso do rio Manicoré, este instrumento foi aplicado na modalidade coletiva para reconhecer e regularizar um Território de Uso Comum

de populações tradicionais, que estão fora de UC e de assentamento, e reconhece que os moradores das 15 comunidades do território interagem com o meio, com os campos e com as águas. Isso é uma coisa muito nova”, acrescentou o consultor do IEB. “A noção de TUC emergiu dentro do FDA e foi amplamente discutido para finalmente ser incluído na Lei de Terras do Estado em 2021, o que possibilitou a CDRU do rio Manicoré”, explicou Josinaldo Aleixo.

O procurador da Procuradoria Geral do Estado do Amazonas (PGE-AM), Daniel Pinheiro Viegas, explica que a CDRU está consolidada como um instrumento jurídico barato e eficaz para o Estado promover regularização fundiária dentro das UCs. “Agora, com a alteração da Lei de Terras do Amazonas, no parágrafo único, do Artigo 39 da Lei nº 3.804/2012, criou-se a possibilidade de o Es-

tado utilizá-la para destinar terras públicas para povos indígenas e comunidades tradicionais, criando Territórios de Uso Comum, em que diferenças étnicas e culturais convivam harmonicamente e com segurança jurídica, buscando desenvolver seus projetos específicos de desenvolvimento”, disse Viegas.

Josinaldo, que atua na Amazônia há mais de 20 anos, espera que no futuro a CDRU vire política pública para alcançar comunidades que sofrem com a insegurança jurídica e ações predatórias nos territórios em que vivem há gerações. “As populações que moram fora UCs são esquecidas e politicamente mais fragilizadas que aquelas que vivem dentro de áreas demarcadas. A CDRU dá segurança territorial a quem está aliado dessas lutas sociais e colabora para que estas populações se organizem e decidam o futuro dos seus territórios”, avaliou Aleixo.

NOTA TÉCNICA

Para colaborar com a tomada de decisões sobre o território, o OBR-319 e a Rede Transdisciplinar da Amazônia (Reta), produziram a **nota técnica “Análise histórica e socioambiental do processo de criação da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Rio Manicoré”**. A publicação resgata o histórico do processo de criação da RDS Rio Manicoré e reúne dados do território, mapas, documentos, perspectivas dos moradores a respeito da criação da UC, informações sobre atividades predatórias ilegais entre outros aspectos.

A pesquisadora da Reta, Jolemia Chagas, uma das autoras da nota, destaca que é urgente a criação de UC no local, que sofre com ações ilegais predatórias que podem comprometer a subsistência das comunidades. “A criação desta UC deve abranger todas as áreas de uso tradicional e ancestral das comunidades para garantir o bem-estar dos seus moradores”, destacou Chagas. “A vontade das comunidades deve nortear este processo e ser respeitada. Além de resguardar o modo de vida dos moradores do local, a criação da UC deve facilitar a resolução de questões sobre a regularização fundiária, o acesso a políticas públicas, o fortalecimento do extrativismo e outras atividades econômicas compatíveis com a conservação da floresta e a segurança jurídica relacionada ao uso da terra”, acrescenta Jolemia.

Já a pesquisadora do Instituto de Conservação e Desenvolvimento Sustentável da Amazônia (Idesam), Tayane Carvalho, os moradores do rio Manicoré podem estar muito próximos da cria-

Sítio de uma das comunidades do rio Manicoré.



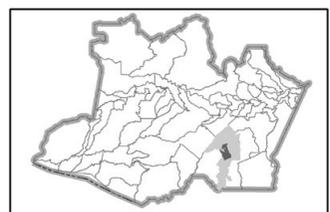
Foto: Jolemia Chagas / Reta

ção efetiva da UC. “O processo de criação dessa UC se estendeu por mais de uma década e passou por uma série de trâmites, incluindo estudo técnico, oficinas e consulta pública, mas não se concretizou. Dessa forma, até a concessão da CDRU, a área permanecia como uma terra pública não destinada, sofrendo com a grilagem e a degradação florestal, uma realidade muito presente nos municípios do sul do Amazonas, como Manicoré, que desde 2015 é o quinto no ranking de desmatamento do estado. É possível que esse contexto colabore para acelerar a criação da RDS”, opinou Tayane.

A nota técnica recomenda, entre outras medidas, a reabertura urgente do Processo Administrativo de criação da RDS Rio Manicoré pela Sema-AM e a realização de uma nova consulta pública junto às comunidades do rio Manicoré. “A manifestação social tem se mostrado majoritariamente favorável à criação da RDS e a região está sob constante ameaça de invasores e exploradores ilegais, o que acentua a iminência da destinação dessa terra não designada”, diz um trecho da nota técnica. Outras recomendações incluem o aumento da fiscalização ambiental na região, maior transparência nas informações fundiárias e a criação de um banco de dados unificado, que integre as informações dos diferentes sistemas de registros de imóveis, acrescido de dados jurídicos, ambientais e fiscais, para facilitar a detecção de grilagem e outros crimes ambientais na região.

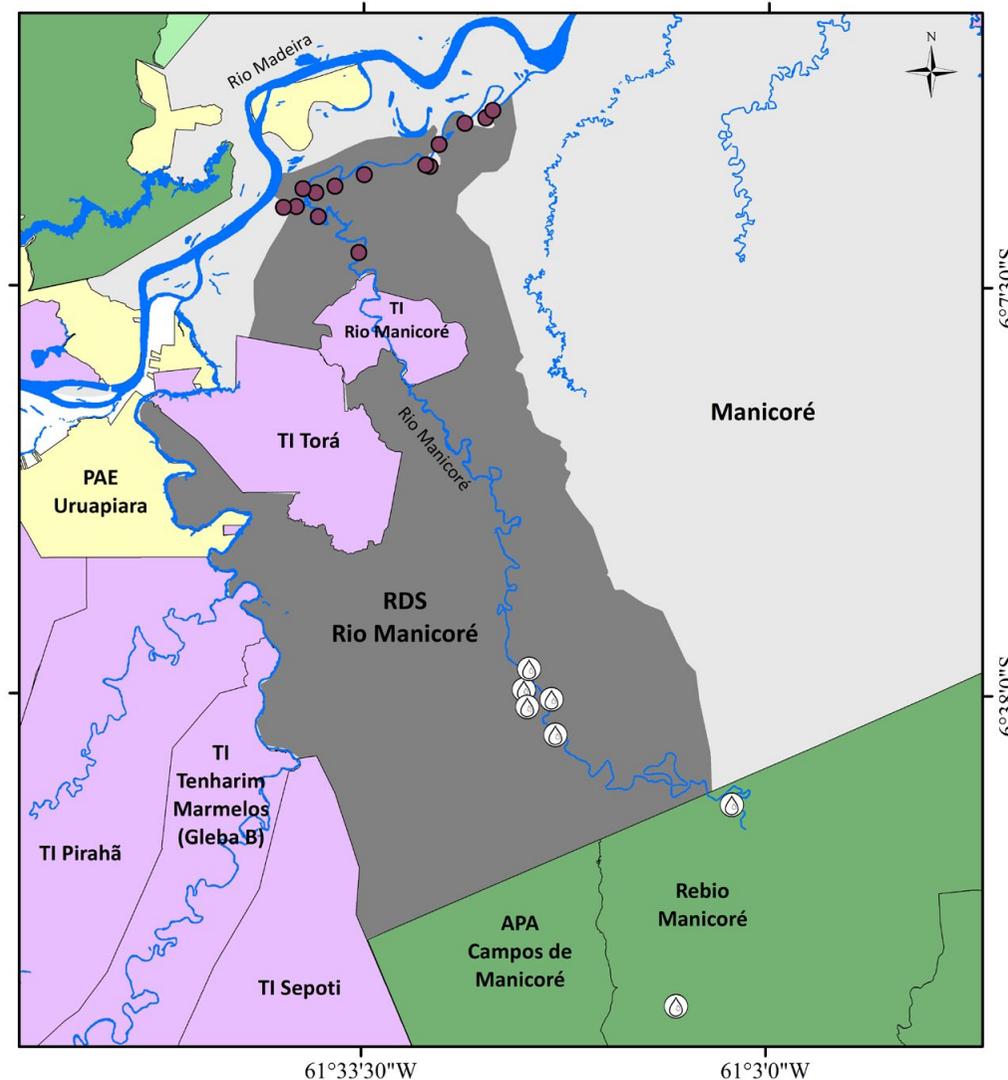
Como informações do IEB

Localização da RDS Rio Manicoré e das comunidades estabelecidas ao longo do rio Manicoré, além das Terras Indígenas, assentamentos e Unidades de Conservação do entorno.



Fonte: Ibge, 2020; Funai, 2019; ICMBio, 2020; Sema-AM, 2021.
Coordenadas Geográficas
Datum: Sirgas 2000.

idesam

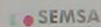




FARMÁCIA VERDE Paróquia N. Sra. das Do

PASTORAL DA SAÚDE

CONVÊNIO : PARÓQUIA N. Sra. DAS DORES
PREFEITURA DE MANICORÉ



PASTORAL DA SAÚDE

PASTORAL DA C

Interior em Foco

PASTORAL DA SAÚDE
FARMÁCIA VERDE

TERAPIAS OFERECIDAS:

REIKI	RADIESIA
FITOTERÁPICOS	Bioenergética
MAGNETISMO	FLORAIS DE BACH



Farmácia Verde mantém viva a medicina ancestral da Amazônia em Manicoré

Ao lado da Igreja Matriz Nossa Senhora das Dores, no Centro de Manicoré (AM), está a fonte que mantém viva a tradição do uso de homeopatia na cidade, a Farmácia Verde.

A instituição filantrópica é mantida pela Diocese de Humaitá e administrada por freiras da Congregação das Franciscanas de São José, atualmente sob a direção do padre salesiano Justino Sarmiento Rezende, do povo Tuyuka. Esta importante iniciativa possibilita à população, principalmente a parcela mais vulnerável, o acesso a tratamentos com chás, tinturas, lambedores, garrafadas, pomadas e outros remédios produzidos com recursos da medicina ancestral da Amazônia.

Há três anos à frente dos trabalhos da Farmácia Verde, a Irmã Marinete de Sousa Vaz, conta que o local é procurado para o tratamento de pessoas com todo tipo de enfermidade. “Eu não consigo ver Manicoré sem a Farmácia Verde, pois as pessoas vão ao médico no hospital, mas depois vêm aqui com os exames e diagnóstico dizendo ‘olha, eu tenho isso aqui e quero saber qual chá, pomada, lambedor posso usar no tratamento’. Há uma credibilidade muito grande da instituição junto à população”, relatou. “Os remédios mais



Padre Justino Tuyuka, pároco da Igreja Matriz Nossa Senhora das Dores.

Foto: Izabel Santos / OBR-319

procurados são para ansiedade, falta de sono e estômago”, acrescenta Irmã Marinete.

A semente que deu origem à iniciativa começou a ser semeada em 1995, como Pastoral da Saúde, e só recebeu o nome de Farmácia Verde em 2012, quando ganhou a sede atual. O espaço é amplo e dispõe de um salão com recepção para atendimentos na entrada e salas para a produção e acondicionamento dos remédios. Na parte

de trás tem uma área de serviço e a cozinha. Todo o ambiente é arejado e perfumado pela fragrância das ervas, cascas e raízes usadas pelas freiras no preparo dos remédios. A produção que abastece a farmácia é realizada semanalmente, às quartas-feiras, pelas próprias irmãs com matéria-prima vinda de Rondônia e de comunidades ribeirinhas de Manicoré.

O atendimento ao público em geral é realizado às segundas, terças, quintas e sextas-feiras, das 7h30 às 11h30 e das 14h às 18h. A Farmácia Verde também tem parceria com a Prefeitura de Manicoré, que através dos Centros de Atenção Psicossocial (Caps), encaminha pacientes para terapia com florais e outros recursos.



Irmã Marinete mostra remédios produzidos pela Farmácia Verde.

Foto: Larissa Mahall Marinho/Idesam



Monitoramentos: Focos de Calor, Desmatamento e Covid-19



Monitoramento de Focos de Calor

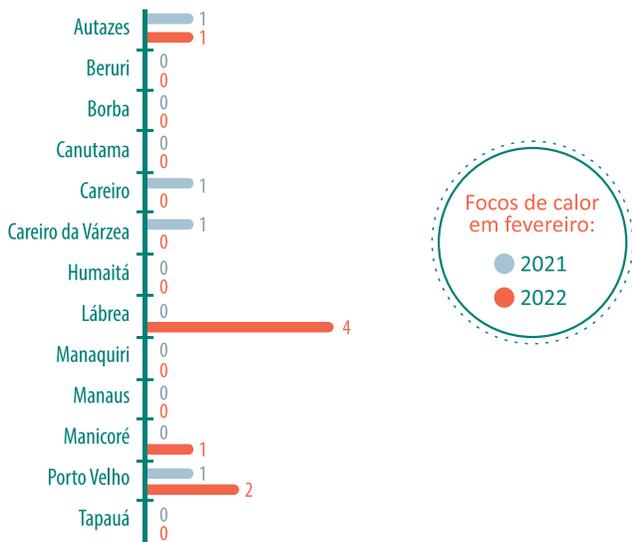
Em fevereiro de 2022 a Amazônia Legal apresentou uma redução de 29% no número de focos de calor em comparação a fevereiro de 2021. O estado do Amazonas, reduziu o número de focos em 42%. No entanto, Rondônia e os municípios da BR-319 apresentaram aumento de 6% e 100%, respectivamente.

NOVE MUNICÍPIOS SEM FOCOS DE CALOR

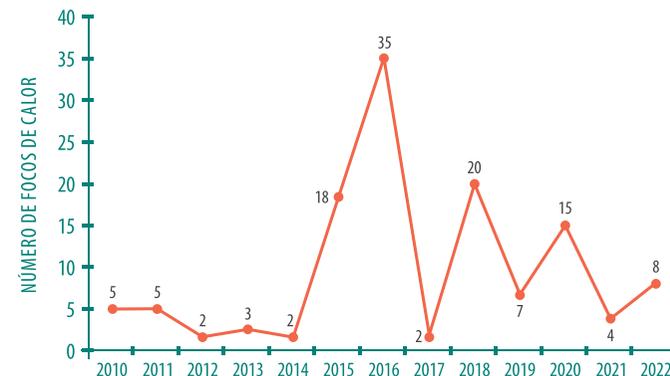
Os 13 municípios monitorados apresentaram no total oito focos de calor. Destes, Lábrea apresentou quatro; Porto Velho, dois; e Manicoré e Autazes, um foco cada. Os demais municípios não tiveram focos de calor detectados em fevereiro, com destaque para Humaitá e Tapauá, que não tiveram registros de focos desde o início da série histórica do Observatório BR-319. Os quatro focos detectados em Lábrea representaram o recorde para o mês de fevereiro nesse município, desde 2010.



NÚMERO DE FOCOS DE CALOR NOS 13 MUNICÍPIOS SOB INFLUÊNCIA DA BR-319



FOCOS DE CALOR NOS MUNICÍPIOS DA BR-319 NOS MESES DE FEVEREIRO (2010 A 2022)



COMPORTAMENTO DOS FOCOS DE CALOR NOS 13 MUNICÍPIOS SOB INFLUÊNCIA DA BR-319 EM COMPARAÇÃO A FEVEREIRO DE 2021

AUMENTOU

- Lábrea (de zero para 4 focos)
- Manicoré (de zero para 1 foco)
- Porto Velho (de 1 para 2 focos)

DIMINUIU

- Careiro (de 1 para zero foco)
- Careiro da Várzea (de 1 para zero foco)

FOCOS DE CALOR ZERO EM FEV/2021

- Beruri
- Borba
- Canutama
- Careiro
- Careiro da Várzea
- Humaitá
- Manaquiri
- Manaus
- Tapauá

* Autazes manteve o mesmo valor apresentado em fevereiro de 2021.



ÁREAS PROTEGIDAS

Das 42 Unidades de Conservação monitoradas pelo OBR-319, apenas o Parque Estadual (PES) do Matupiri teve registro, e apenas um, foco de calor em fevereiro. No mês, não foram detectados focos de calor em nenhuma das 69 Terras Indígenas monitoradas.

0%

DAS 69 TERRAS INDÍGENAS (TIs) APRESENTARAM FOCOS DE CALOR

1%

DAS 42 UNIDADES DE CONSERVAÇÃO (UCs) APRESENTARAM FOCOS DE CALOR



LISTA DE TIs MONITORADAS



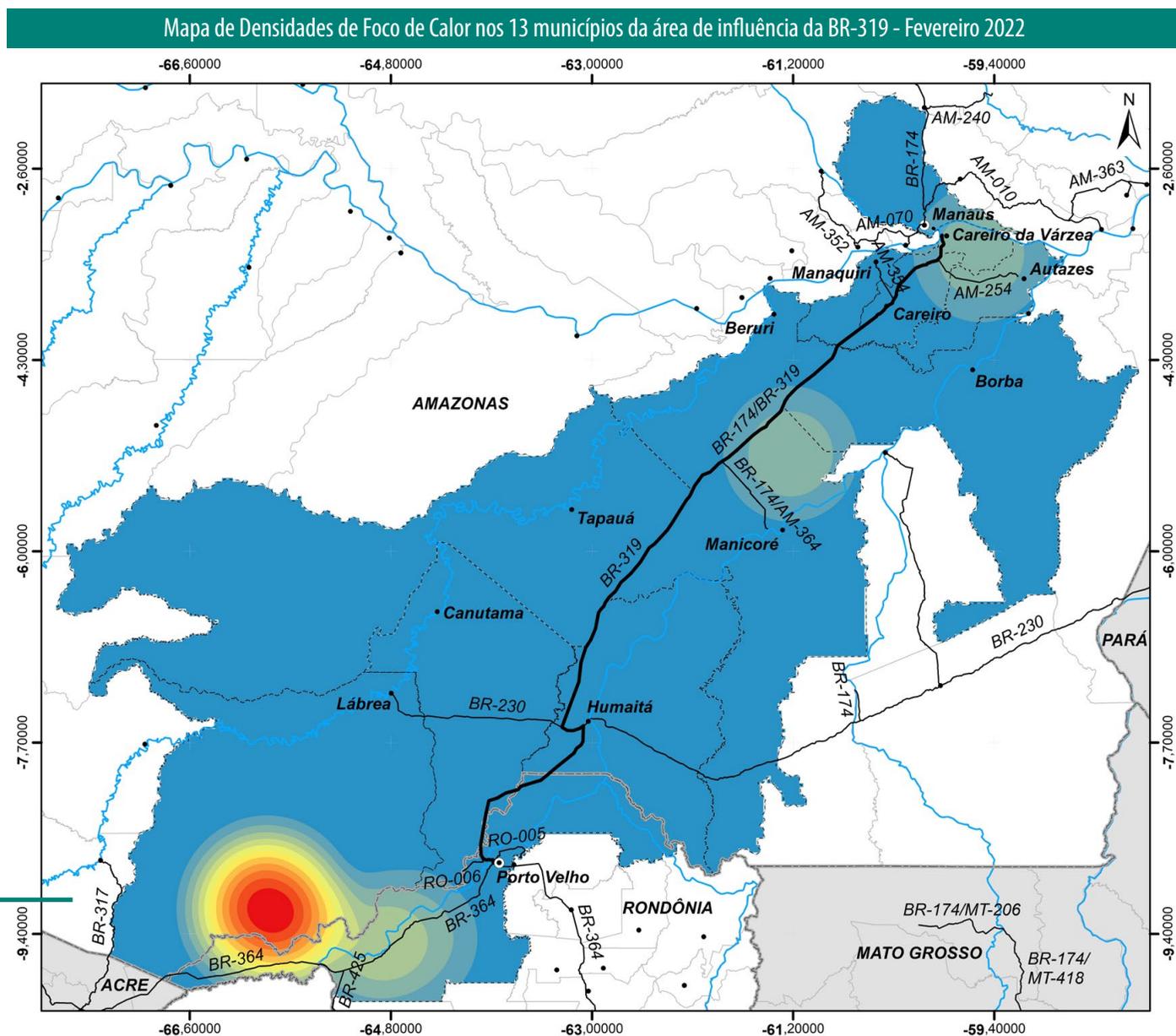
LISTA DE UCs MONITORADAS



Fotos: Acervo / Ilesam



Os dados de focos de calor foram adquiridos do Programa Queimadas, do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE (<http://www.inpe.br/queimadas/bdqueimadas>). No mapa, há uma representação de densidade de pontos para o período analisado, a partir da estimativa de densidade por Kernel.





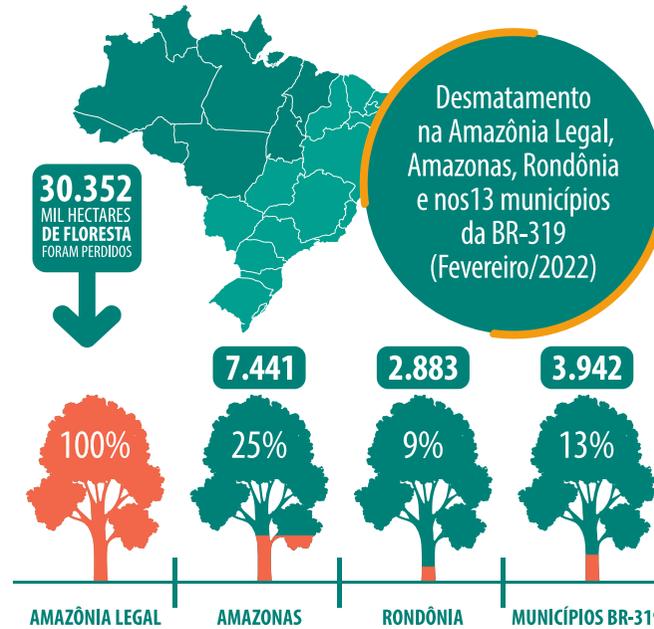
Monitoramento de Desmatamento

O mês manteve a tendência de aumento no desmatamento apresentada em janeiro. Na Amazônia Legal, o aumento foi de 71% em relação a fevereiro de 2021; no Amazonas, foi de 257%; em Rondônia, 194%; e nos municípios da BR-319, 186%. Para a Amazônia Legal, Amazonas e municípios da BR-319, este foi o fevereiro de maior desmatamento desde 2010.

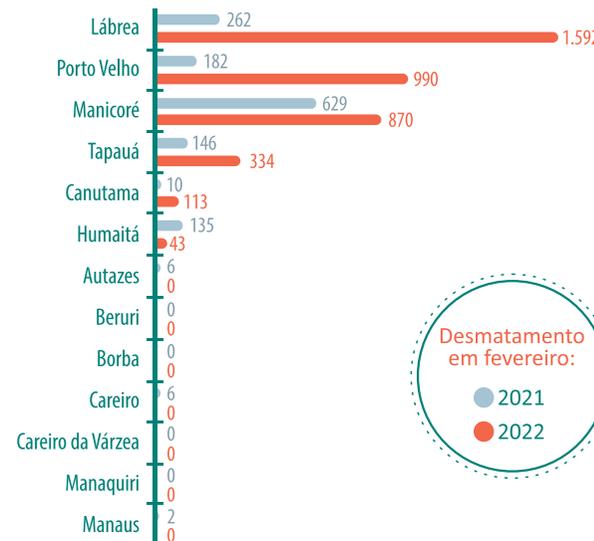
MUNICÍPIOS DA BR-319: RECORDES DE UM LADO, DESMATAMENTO ZERO DO OUTRO

Cinco municípios ao sul da BR-319 apresentaram aumento no desmatamento em comparação a fevereiro de 2021. Em Lábrea, Manicoré e Tapauá, os registros foram os mais altos de fevereiro, desde 2010. Além disso, Lábrea, Porto Velho e Manicoré, apareceram na 5ª, 7ª e 8ª posição no ranking de desmatamento dos municípios da Amazônia Legal ([Imazon, 2022](#)) no período. Tapauá, que até 2019 não possuía registro de desmatamento em fevereiro, apresentou o 3º registro de aumento consecutivo.

Por outro lado, sete municípios registraram desmatamento zero, com destaque para Beruri e Manaquiri, que não possuem registro de desmatamento em fevereiro em toda série histórica (2010-2022).



DESMATAMENTO EM HECTARES NOS 13 MUNICÍPIOS SOB INFLUÊNCIA DA BR-319



COMPORTAMENTO DO DESMATAMENTO NOS 13 MUNICÍPIOS SOB INFLUÊNCIA DA BR-319 EM COMPARAÇÃO A FEVEREIRO DE 2021

AUMENTOU

- Canutama (1076%)
- Lábrea (509%)*
- Porto Velho (443%)
- Tapauá (129%)*
- Manicoré (38%)*

DIMINUIU

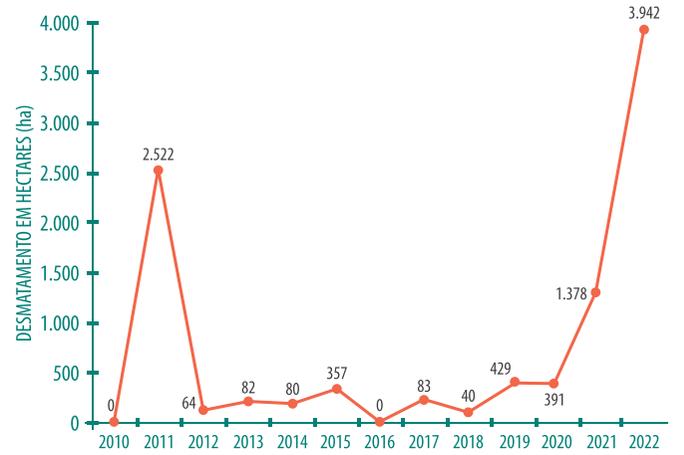
- Autazes (100%)
- Careiro (100%)
- Manaus (100%)

DESMATAMENTO ZERO EM FEV/2021

- Beruri
- Borba
- Careiro
- Careiro da Várzea
- Manaquiri
- Manaus

Beruri, Borba, Careiro e Manaquiri mantiveram o desmatamento zero apresentado em fevereiro de 2021. * Recorde para o mês de fevereiro da série histórica (2010-2022).

DESMATAMENTO NOS MUNICÍPIOS DA BR-319 NOS MESES DE FEVEREIRO (2010 A 2022)





ÁREAS PROTEGIDAS

Entre as 42 Unidades de Conservação (UCs) monitoradas, a Reserva Extrativista (Resex) Jaci-Paraná e a Floresta Estadual (FES) Tapauá registraram 312 ha e 43 ha de desmatamento, respectivamente. Essas UCs integraram a lista das mais desmatadas da Amazônia Legal, em 2º e 6º lugar, nessa ordem.

Já entre as Terras Indígenas (TIs), a Karipuna, Tenharim Marmelos e Tenharim Marmelos (Gleba B) registraram desmatamento de 41 ha, 19 ha, e 12 ha, respectivamente. Esta foi a primeira detecção de desmatamento nestas TIs em fevereiro, desde 2010. Além disso, elas apareceram na lista das TIs mais desmatadas da Amazônia Legal, em 1º, 3º e 5º lugar.

4% DAS 69 TERRAS INDÍGENAS (TIs) APRESENTARAM DESMATAMENTO

5% DAS 42 UNIDADES DE CONSERVAÇÃO (UCs) APRESENTARAM DESMATAMENTO

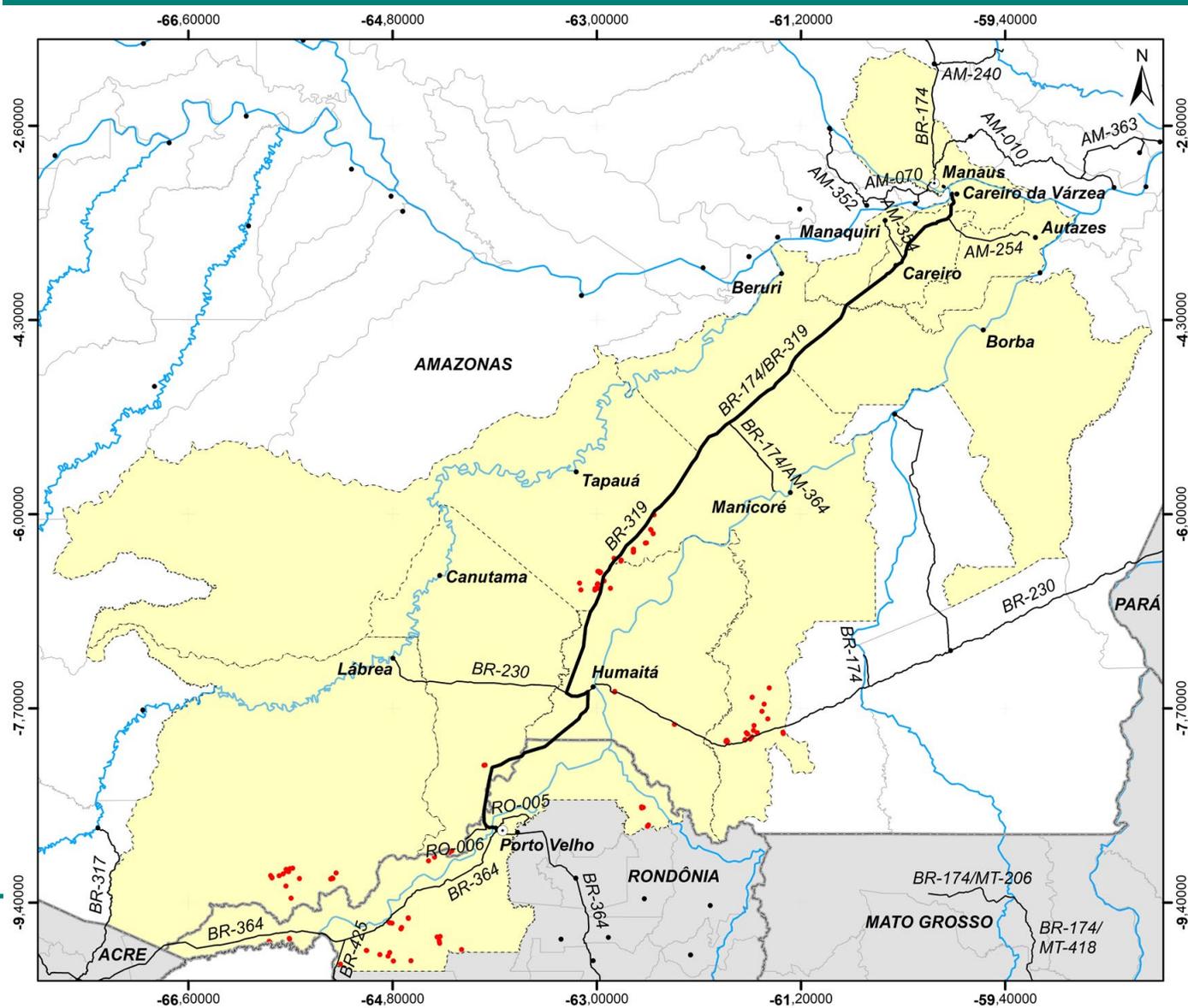
LISTA DE TIs MONITORADAS

LISTA DE UCs MONITORADAS



As informações de desmatamento foram adquiridas do Sistema de Alerta de Desmatamento (SAD) do Imazon (<https://imazongeo.org.br/#/>). No mapa, estão representadas em pontos as localizações das áreas em que houve desmatamento.

Mapa de Desmatamento nos 13 municípios da área de influência da BR-319 - Fevereiro 2022



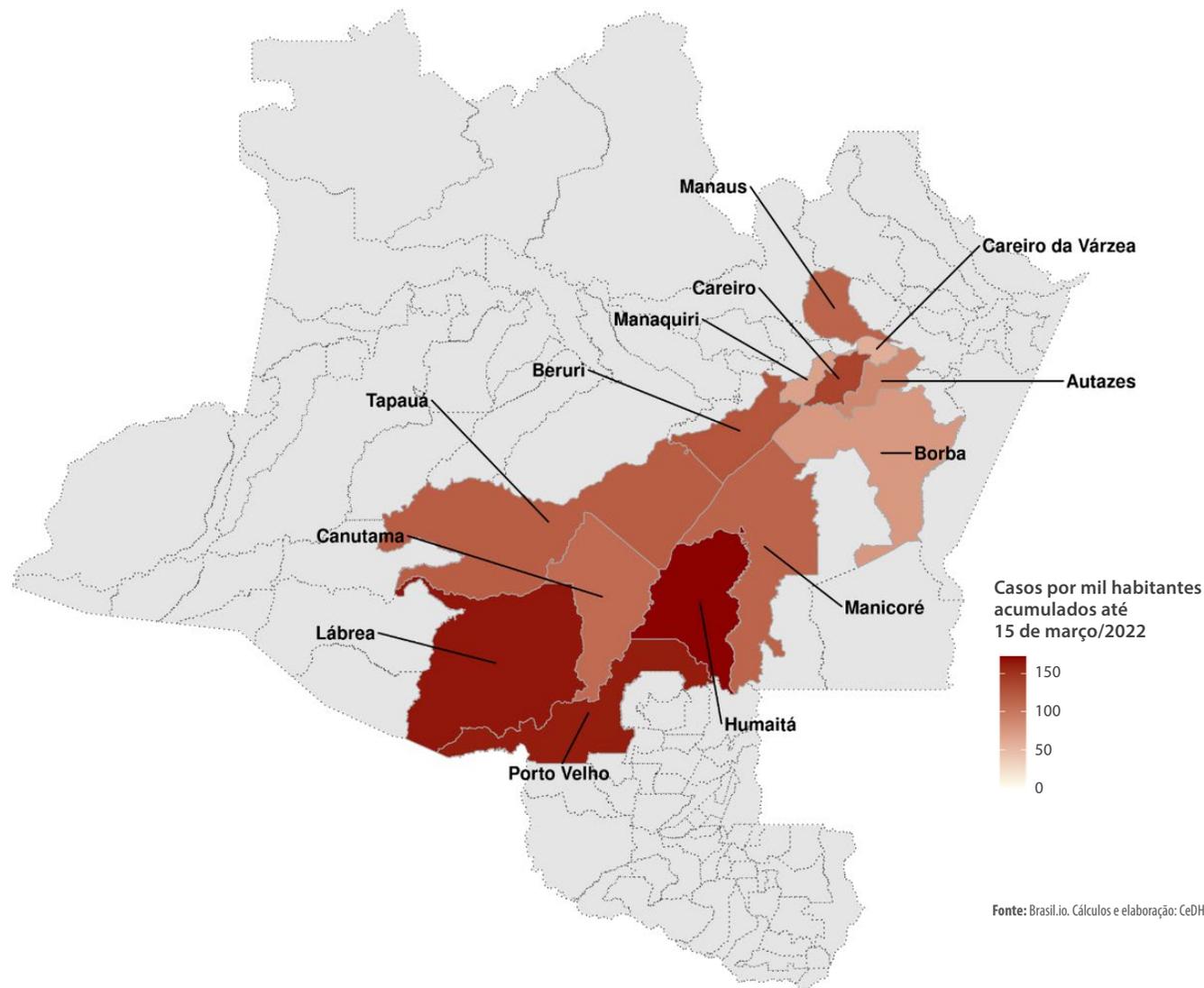
Monitoramento da covid-19

O governo do Amazonas flexibilizou o uso de máscaras em ambientes abertos e fechados neste mês de março. Mas a decisão sobre a adesão à medida fica a critério das prefeituras. Na área de influência da BR-319, em Manaus o uso de máscaras em locais abertos está liberado, já em ambientes fechados o uso passou a ser facultativo. Manaquiri liberou o uso em locais fechados. A atitude do governo leva em conta a diminuição de internações, óbitos e também de novos casos da doença no estado.

VACINAÇÃO

A vacinação em Manaus está próxima de atingir 70% da população com imunização completa. Já Porto Velho apresenta uma taxa de 60% da população completamente imunizada. A média da taxa de imunização completa em outros municípios da área de influência da BR-319 está em torno de 40%, enquanto a média de 1ª dose de vacinação é de 53%. Em relação à 2ª dose, somente Autazes e Humaitá vacinaram mais de metade de sua população.

Mapa das áreas com casos de covid-19 nos 13 municípios sob influência da BR-319 - acumulado até 15 de março/2022.





NOVOS CASOS

Entre 15 de fevereiro e 15 de março, dos 13 municípios sob influência da BR-319 somente Manaus e Porto Velho registraram mais de 100 novos casos de covid-19. Manaus apresentou a maior taxa de aumento de casos em relação aos casos acumulados até dia 15 de fevereiro com 5.756% de aumento, o que representa 15,6 mil novos casos. Porto Velho vem logo em seguida, com 4,19% de aumento, representando 4.029 novos casos. Ainda, Tapauá, Carreiro da Várzea e Manicoré apresentam uma taxa maior que o restante dos municípios, que não passam de 1% de aumento: 3,39%, 4,07% e 1,07% respectivamente, representando 74, 80 e 78 novos casos.

ÓBITOS

Entre 15 de fevereiro e 15 de março foram registradas 134 mortes nos 13 municípios sob influência da BR-319. Desde o início da pandemia até o último dia 15, foram 13,09 mil mortes.

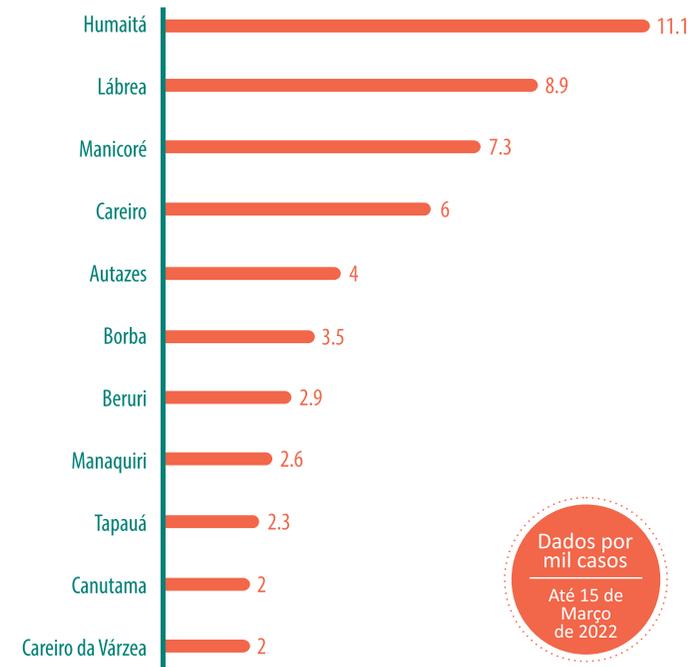
O maior aumento relativo de mortes se deu em Carreiro da Várzea com uma morte, representando um aumento de 4% no número de mortes acumuladas desde o início da pandemia. Em termos absolutos, Porto Velho apresentou o maior aumento com 87 mortes - o que corresponde a um aumento de 3,41%.

VARIAÇÃO PERCENTUAL DE CASOS EM MARÇO COM RELAÇÃO A FEVEREIRO NOS MUNICÍPIOS SOB INFLUÊNCIA DA BR-319

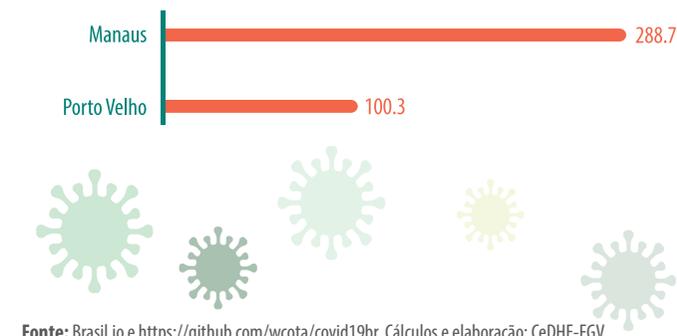
MUNICÍPIOS	VARIAÇÃO %
Autazes	0,2%
Beruri	0,7%
Borba	0,17%
Canutama	0,1%
Careiro	0,5%
Careiro da Várzea	4,07%
Humaitá	0,75%
Lábrea	0,62%
Manaquiri	0,08%
Manaus	5,75%
Manicoré	1,07%
Porto Velho	4,19%
Tapauá	3,39%

Fonte: Brasil.io. Cálculos e elaboração: CeDHE-FGV.

11 MUNICÍPIOS SOB INFLUÊNCIA DA BR-319 - CASOS ACUMULADOS COVID-19

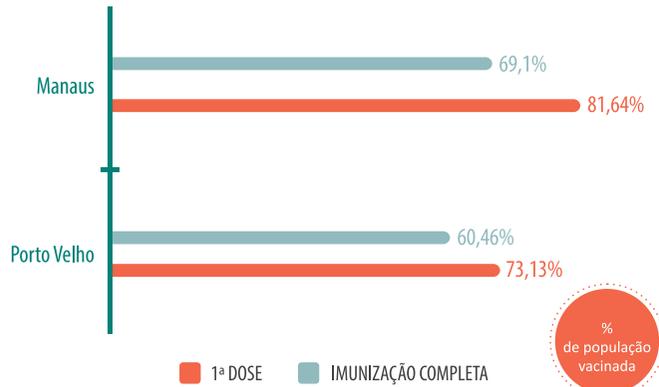


CAPITAIS SOB INFLUÊNCIA DA BR-319 - CASOS ACUMULADOS COVID-19





VACINAÇÃO - CAPITALS SOB INFLUÊNCIA DA BR-319 - MARÇO 2022



Fonte: Ministério da Saúde. Elaboração: CeDHE-FGV.

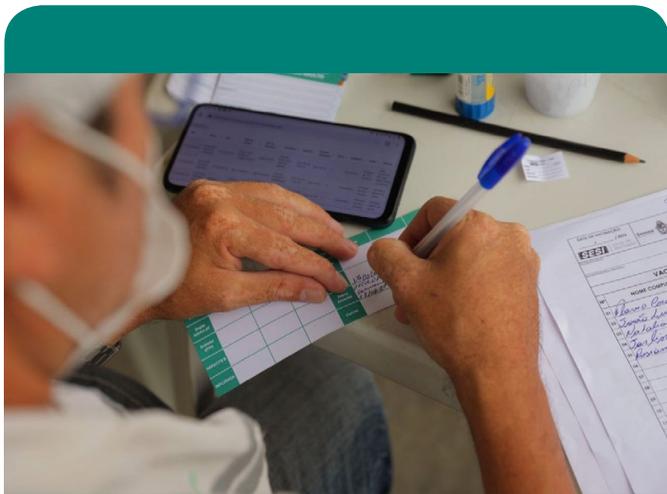
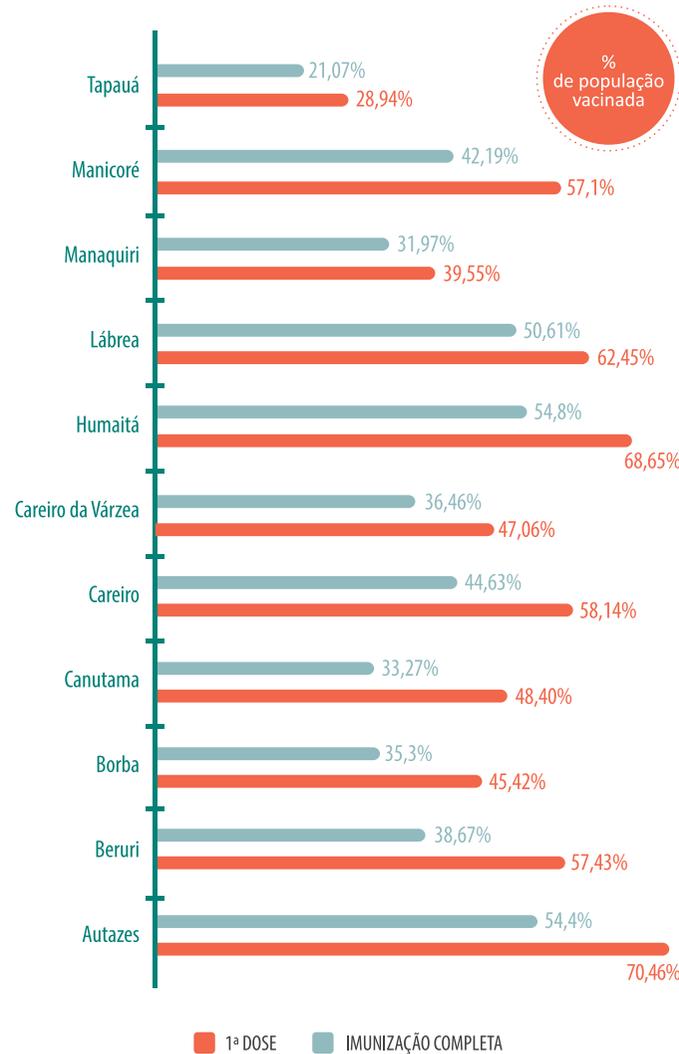


Foto: Rodrigo Santos / SES-AM

CLIQUE AQUI E ACOMPANHE A VACINAÇÃO EM CADA ESTADO

VACINAÇÃO - 11 MUNICÍPIOS SOB INFLUÊNCIA DA BR-319 - MARÇO 2022



Fonte: Ministério da Saúde. Elaboração: CeDHE-FGV.



NÚMEROS DA PANDEMIA NO BRASIL

- Plataforma oficial do Governo Federal
- Painel Conass Covid-19



NÚMEROS DA PANDEMIA NA AMAZÔNIA, AMAZONAS E RONDÔNIA

- InfoAmazônia – Mapa interativo Covid-19
- Plataforma oficial do Estado do Amazonas
- Plataforma oficial do Estado de Rondônia
- ODS Atlas Amazonas - Covid-19-Amazonas



NÚMEROS DA PANDEMIA NA POPULAÇÃO INDÍGENA

- Boletim epidemiológico da Sesai – Casos indígenas
- Coiab – Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira
- ISA - Instituto Socioambiental: Indicador de vulnerabilidade das Terras Indígenas em relação a covid-19



Diálogos da BR-319



Foto: Reprodução Youtube / Fora da Caixa

Portais da Amazônia, de Manaquiri e Humaitá, já possuem um termo de referência e cooperação para construção

Os Portais da Amazônia, estruturas que serão compartilhadas entre órgãos de segurança e fiscalização na BR-319, já possuem Termo de Referência, documento que antecede a licitação para construção dos espaços.

A informação foi dada durante a reunião de Governança do Trecho do Meio, no dia 04 de março, pela Secretária do Programa de Parcerias de Investimentos (SEPI) do Ministério da Economia.

A reunião foi conduzida pela assessora técnica Lígia Almeida e pela ex-secretária de Apoio ao Licenciamento Ambiental e à Desapropriação da secretaria, Rose Hofmann, pois o novo titular do cargo, Uirá Cavalcante, não pode participar.

“Fizemos uma reunião com cada um dos entes envolvidos, em Manaus, com Adaf e Sema, e em Brasília, com Dnit e Ministério da Infraestrutura. Para cada um deles, foi passado por meio de ofício uma proposição da minuta do Termo de Cooperação entre os órgãos, para que eles possam fazer uma análise interna e possamos avançar com o compromisso de ocupação



PRF estará presente em mais pontos de fiscalização na BR-319.

Foto: Reprodução / Rádio Rio Mar FM

dos locais antes do início da construção, para não correremos o risco de construir um elefante branco, uma estrutura que caia em desuso”, explicou Rose Hofmann.

A construção dos portais foi a solução encontrada pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit) para fortalecer a fiscalização na rodovia, além de garantir a segurança de quem vai trafegar no local. Devido a extensão da BR-

319, alguns pontos do trajeto não têm postos de fiscalização ou estruturas semelhantes. Para preencher esse vazio, o Dnit deve construir os Portais da Amazônia e um posto de fiscalização da PRF em Humaitá. Além disso, foi sugerido à PRF a instalação de câmeras OCR, que permitem a leitura de caracteres de placas em tempo real. A adoção da tecnologia foi uma sugestão da Polícia Federal, que já obteve êxito em outros estados do Brasil usando este tipo de dispositivo. A PRF também reativará seu posto de fiscalização no início da rodovia, na entrada do Porto da Ceasa, em Manaus.

A BR-319 terá dois portais da Amazônia, um no km 103 em Manaquiri e outro no km 655, em Humaitá, com a presença de órgãos estaduais e federais como Polícia Militar, Polícia Rodoviária Federal (PRF), Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Amazonas (Idam), Agência de Defesa Agropecuária e Florestal do Amazonas (Adaf), Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas (Ipaam) e Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Amazonas (Sema-AM). Após a conclusão do Termo de Referência, será publicado no Diário Oficial da União o chamamento para o edital de licitação das obras, que ficarão sob a responsabilidade da Superintendência do Dnit no Amazonas.



Ciência



Foto: Marcos Amend/WCS Brasil

Nova espécie de palmeira é identificada na BR-319

Por **Eduardo Magalhães Borges Prata**

O avanço do desmatamento na Amazônia tem colocado em risco espécies da flora, fauna, as populações indígenas e tradicionais, e o bioma como um todo.

A abertura de estradas tem sido historicamente responsável por processos de ocupação irregular de terras através da grilagem, do garimpo e o desmatamento como consequência, a exemplo da rodovia Transamazônica (BR-230) e a BR-319, que liga Manaus (AM) a Porto Velho (RO). Neste cenário, é possível que algumas espécies possam ser, ou já tenham sido, extintas antes mesmo de serem conhecidas pela Ciência. Este poderia ter sido o destino de uma palmeira de ocorrência na área d Transamazônica e da BR-319, a espécie recém-descrita *Mauritiella disticha*, popularmente conhecida como buritirana-de-leque.

As palmeiras têm fundamental importância ecológica e econômica como fonte de recursos para alimentação, produção de fibras, artesanato, construção civil, uso medicinal, ornamental e outros. A



Eduardo é botânico e responsável pela identificação da palmeira na BR-319.

Foto: Alberto Vicentine/Ceclida

descrição de uma nova espécie de palmeira nesta região, chama a atenção para, pelo menos, duas coisas: nunca antes ter sido registrada e coletada, mesmo estando às margens destas rodovias, e estar distribuída em uma das regiões com maiores taxas de desmatamento da Amazônia Legal, o Arco do Desmatamento, sendo considerada, portanto, vulnerável à extinção (de acordo com os critérios

da IUCN). Além disso, a buritirana-de-leque tem sua distribuição restrita às campinas e campinaranas, ecossistemas caracterizados por solos arenosos, pobres em nutrientes, e pelo elevado índice de endemismo de espécies, ou seja, de animais e plantas que só são encontrados nestes locais.

A repavimentação da BR-319 pode ter consequências desastrosas para a conservação das espécies e dos ecossistemas da área de influência da rodovia, especialmente os mais vulneráveis e menos resilientes, como as campinas e campinaranas, que geralmente são queimadas ou exploradas para extração de areia para a construção civil. Neste sentido, a tragédia se anuncia à medida que repetimos os erros do passado. A falta de políticas públicas que protejam, efetivamente, a floresta e os povos tradicionais e originários coloca em risco o futuro do planeta frente ao colapso climático.



Foto: Ayslaner Oliveira/Ceclida

Eduardo Magalhães Borges Prata é doutor em Botânica pelo Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa). A descoberta foi publicada na revista *BioOne*, em inglês, e, também, foi destaque no [site do Inpa](#).



Minuto BR



Apresentação



Está marcado para os 25 e 26 de abril, na aldeia Traíra, a apresentação CI-EIA às comunidades Parintintin que serão afetadas pelas obras no Trecho do Meio da BR-319. A nova data foi definida pela Organização do Povo Indígena Parintintin do Amazonas (Opipam).

Economia



O impacto da alta no preço dos combustíveis na cadeia produtiva da agricultura familiar em cidades isoladas no AM foi tema de reportagem do Brasil de Fato. Na matéria, a secretária-executiva do OBR-319, Fernanda Meirelles, chamou a atenção para a falta de investimentos em cadeias de valor da bioeconomia e produtos de sociobiodiversidade.

[Leia a matéria completa.](#)

Isolados



O MPF recomendou à Funai que adote as medidas necessárias para proteção de indígenas em isolamento voluntário do **Mamoriá Grande**, região localizada no município de Lábrea (AM). O órgão também recomendou a renovação imediata da portaria de restrição de uso da **TI Jacareúba-Katawixi**, entre os municípios de Lábrea e Canutama, que venceu em dezembro de 2021 e até o momento não foi renovada.



Foto: Reprodução

Milagre



Após 27 dias perdidos na floresta, os irmãos Gleição e Glauco Carvalho Ferreira, de 9 e 7 anos, respectivamente, foram **resgatados pelo agricultor Manoel Vilkem na comunidade Nossa Senhora de Fátima**, a aproximadamente cinco quilômetros da aldeia Palmeira, na Terra Indígena Lago Capanã, onde eles moram. Após receberem os primeiros socorros na sede do município de Manicoré, as crianças foram encaminhadas para Manaus onde se recuperam. O site Razões para Acreditar criou uma vaquinha *online* para ajudar os irmãos. A meta é atingir R\$ 95 mil em doações para reformar a casa onde eles moram e apoiar com outras despesas em prol do bem-estar das crianças.

Atualização



O Idesam e a Associação dos Produtores Agroextrativista da Assembleia de Deus do Rio Ituxi (Apadrit) fizeram a atualização do Cadastro Único (CadÚnico) de 100 famílias na Resex do Ituxi, em Lábrea. Sema-AM, ICMBio e Funai reforçaram a ação. O cadastro é um registro que permite ao governo saber quem são e como vivem as famílias de baixa renda no Brasil. Além da Resex do Ituxi, as aldeias Ilha da Onça e Tambaqui também receberam a visita da comitiva que orientou sobre a possibilidade de participação dos seus moradores em ações de políticas públicas.



Foto: Divulgação/Apadrit



NESTA EDIÇÃO

Expediente

Coordenação // Fernanda Meirelles (Idesam)

Edição, Editoração e Textos // Izabel Santos (Idesam)

Monitoramentos

Focos de Calor e Desmatamento // Paula Carolina Paes Guarido (Idesam) e
Thiago Marinho (Idesam)

Análises e Textos // Paula Carolina Paes Guarido (Idesam)

Levantamento de Dados e Mapas // Thiago Marinho (Idesam)

Covid-19 // Rodolfo Oliveira Lorenzo (CeDHE-FGV)

Revisão // Emanuelle Araújo (Up Comunicação Inteligente), Fernanda Meirelles (Idesam),
Larissa Mahall Marinho (Idesam) e Josinaldo Aleixo (IEB)

Coordenação de Divulgação // Larissa Mahall Marinho (Idesam)

Projeto Gráfico e Diagramação // Sílvio Sarmiento (SS Design)

www.observatoriobr319.org.br

REALIZAÇÃO:



OBSERVATÓRIO
BR-319



FAS
Fundação
Amazônia
Sustentável



idesam

